SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ABASTECIMENTO

COMUNICADO Nº 268/2026
(CPA 2013/53501)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo **COMUNICA,** aos Senhores Magistrados e Senhoras Magistradas, Dirigentes, Servidores e Servidoras das Unidades Judiciais e das Secretarias, Membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradoria Geral do Estado, Advogados e Advogadas, que foram desocupados em 22/09/2025 os prédios situados na Av. Dos Araçás, nº 2.351 e 2371 e R. Aguapeí, nº 50, antes destinados a abrigar os Ofícios das Execuções Criminais da Comarca de Araçatuba e a Coordenadoria de Administração da 2ª Região Administrativa Judiciária – DARAJ 2, não havendo mais setores desta Egrégia Corte nos referidos endereços.

COMUNICA, ainda, que as unidades ali situadas foram realocadas para o Fórum Principal, localizado na Praça Maurício Martins Leite, 60 - ARAÇATUBA/SP.

STI/SGS - Aviso de Indisponibilidade de Sistemas Judiciais

05/10/2026 - INDISPONIBILIDADE DO SERVIÇO DE PETICIONAMENTO ELETRÔNICO NO PORTAL E-SAJ

Para os fins do artigo 8º da Resolução TJSP nº 551/2011, artigo 3º do Provimento nº 87/2013 da Presidência do TJSP, artigo 3º do Provimento CG Nº 26/2013, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) comunica que, devido a problemas de ordem técnica, o Portal e-SAJ apresentou indisponibilidade para o serviço de peticionamento eletrônico, por tempo superior a 60 minutos, a partir das 15h15 do dia 05/10/2026, sendo restabelecido o serviço às 17h05 do mesmo dia.

Subseção III: Atos e comunicados da Corregedoria Geral da Justiça

JUDICIAL

Dicoge 2

COMUNICADO CG Nº 813/2026
(Processo SEI 2026/8.26.000011852.2)

A Corregedoria-Geral da Justiça, no exercício de suas atribuições, COMUNICA aos MM. Juízes e Juízas de Direito com atuação em primeiro grau o quanto segue:

Está disponível, no ambiente interno do Tribunal de Justiça, material orientativo para utilização da ferramenta **Microsoft Bookings**, integrante da plataforma Microsoft 365.

A ferramenta possibilita a criação de agenda eletrônica para organização dos atendimentos realizados por magistrados e gabinetes, permitindo o gerenciamento de horários disponíveis, o agendamento de compromissos, o envio automático de confirmações e alterações, bem como a integração com o **Microsoft Teams,** para realização de reuniões virtuais.

A adoção da ferramenta é **facultativa** e não substitui os deveres funcionais previstos na legislação e nos atos normativos aplicáveis, nem altera a sistemática estabelecida para o atendimento eletrônico. Os pedidos de atendimento continuam sujeitos às diretrizes definidas pela **Resolução TJSP nº 850/2021** e pelo **Comunicado CG nº 557/2026**, cabendo aos gabinetes promover a adequada organização e gestão dos respectivos agendamentos.

O material orientativo contém instruções para criação da página de reservas, configuração de serviços, definição de horários de atendimento, integração com o Microsoft Teams e compartilhamento da agenda eletrônica com usuários externos e pode ser acessado por meio do endereço Curso: Microsoft Bookings – Agenda on-line do magistrado | Plataforma de Educação a Distância - Acesso Livre/TJSP.

SECRETARIA DA PRIMEIRA INSTÂNCIA

COMUNICADO CG Nº 818/2026
(Protocolo CPA Nº 2018/203204)

Destinado a Magistrados e Servidores que atuam execução criminal

A CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA **COMUNICA** aos Senhores Magistrados, Dirigentes e demais Servidores das Unidades Judiciais que processam feitos da Área de Execução Criminal, com fundamento no Parecer nº 230/2026-J e ainda considerando a Resolução CNJ 488/2023 e os artigos 66, IX, 80 e 81, da Lei nº 7.210/1984, que:

1. Deverá ser inserido na Ata de Correição Ordinária dos Ofícios de Justiça que processem execuções criminais e tenham atribuição para a composição e o acompanhamento dos Conselhos da Comunidade, campo específico contendo dados sobre a instalação, o funcionamento e as medidas adotadas para a efetivação do Conselho da Comunidade nas comarcas;

2. Divulga a existência do Manual de Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade, disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/09/manual-conselhos-comunidade.pdf.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do endereço eletrônico do TJSP, informando o código de autenticidade 311-P-20261006191454-25